



AUDITORES E CONSULTORES

RA-021-2024

Cooperativa dos Empresários Rurais do
Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de
dezembro de 2022 e de 2023 e o relatório dos auditores
independentes

S. S.
t



AUDITORES E CONSULTORES

UP AUDITORES
INDEPENDENTES
www.upauditores.com.br

Rua: José Bianchi, n° 555
Sala 716 – 7° Andar
Edifício New Office
CEP 140946-730
Ribeirão Preto - SP
(16) 3289-5552
auditoria@upauditores.com.br

RA-021-2024

Ribeirão Preto SP, 08 de março de 2024.

A
Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim
Uberaba MG

Atenção da Diretoria

Prezados Senhores:

Encaminhamos-lhes as demonstrações financeiras da **Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim**, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Atenciosamente,

UP Auditores Independentes Ltda.

Eder Douglas Silva Alves
Sócio Diretor

Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	11
1 Contexto operacional.....	11
2 Base de preparação das demonstrações financeiras.....	11
3 Principais políticas contábeis	13
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	18
5 Contas a receber de associados	18
6 Estoques.....	19
7 Impostos a recuperar.....	20
8 Outros créditos	21
9 Imobilizado	22
10 Empréstimos e financiamentos	24
11 Fornecedores.....	24
12 Obrigações com cooperados.....	25
13 Outras obrigações.....	25
14 Passivos contingentes.....	26
15 Patrimônio líquido	26
16 Partes relacionadas	27
17 Ingresso operacional líquido.....	28
18 Resultado financeiro	28
19 Imposto de renda e contribuição social	28
20 Instrumentos financeiros	29
21 Gerenciamento de riscos	30
22 Cobertura de seguros.....	31
23 Custódia de produção agrícola armazenada	32
24 Demonstração de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos	33





**AUDITORES
INDEPENDENTES**
www.upauditores.com.br

Rua. José Bianchi n° 555
Sala 555 – 24° Andar
Edifício New Office
CEP 14096-730
Ribeirão Preto - SP
(16) 99182-9265
auditoria@upauditores.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e cooperados da
Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim
Uberaba MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião com ressalva

Inventário físico do estoque de matéria prima Fábrica de Ração

A Cooperativa realizou inventário dos estoques de matéria prima da Fábrica de Ração no dia 18 de dezembro de 2023, acompanhado pela auditoria independente. Diante dos procedimentos adotados identificou-se uma divergência negativa estimada em R\$ 1.440 milhões que não foi ajustada dentro do exercício findo 31 de dezembro de 2023. Consequentemente, não foi possível concluir, e não concluímos sobre os reflexos no resultado do exercício, custos e patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós auditado (UP Auditores Independentes), cujo relatório, datado de 13 de março de 2023, cotinha modificações, ou seja, ressalva de falta de ajuste de inventário físico de estoques na Fábrica de Ração.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do



que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente nas circunstâncias referente a informações financeiras relevantes das entidades ou atividades de negócio da Cooperativa para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. A responsabilidade pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras é da administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 08 de março de 2023.

UP Auditores Independentes
CRC 2SP043578/O-0 "S" "MG"

EDER DOUGLAS SILVA ALVES
Assinado de forma digital por
EDER DOUGLAS SILVA ALVES
Dados: 2024.03.11 17:34:02
+03'00'

Eder Douglas Silva Alves
CRC 1SP291069/O-0 "S" "MG"
CVM nº 13.250





Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em reais

	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.390.711	6.507.408	10	4.516.908	40.928.687
Contas a receber	5	22.679.255	23.135.840	11	16.027.416	13.735.501
Estoques	6	34.882.373	112.334.353	12	13.595.276	82.835.363
Impostos e contribuições a recuperar	7	5.930.398	1.037.061		546.890	1.454.046
Despesas antecipadas		227.768	189.674		1.214.005	1.141.306
Outros créditos	8	751.717	2.133.157		217.023	473.964
Total do ativo circulante		72.862.223	145.337.492	13	183.564	164.325
					36.301.083	140.733.190
Não circulante						
Realizável a longo prazo					37.343.766	-
Contas a receber			59		1.772.399	1.772.399
Depósitos judiciais		7.968	-			
Investimentos		561.474	456.051			
Imobilizado	9	43.827.822	40.938.544			
Intangível		69.693	72.123			
Total do ativo não circulante		44.467.015	41.466.777		39.116.164	1.772.399
Passivo						
Circulante						
Emprestimos e financiamentos						
Fornecedores						
Obrigações com cooperados						
Impostos e contribuições a recolher						
Provisão para férias e encargos						
Capital a restituir						
Outras obrigações						
Total do passivo circulante						
Não circulante						
Emprestimos e financiamentos						
Tributos diferidos						
Total do passivo não circulante						
Patrimônio líquido						
Capital social					687.270	663.953
Reserva de expansão					-	441.622
Reserva de Incentivos fiscais - Doações					1.944.763	-
Reserva de incentivos fiscais					160.554	-
Reserva de reavaliação					25.713.700	26.223.854
Reserva legal					11.976.006	11.421.127
Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES					1.239.241	2.238.574
Sobras à disposição da AGO					190.458	3.309.550
Total do patrimônio líquido	15	117.329.239	186.804.269		41.911.992	44.298.680
Total do passivo e patrimônio líquido		117.329.239	186.804.269		117.329.239	186.804.269

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ingresso operacional líquida	17	105.373.497	111.501.829
Dispêndios com produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados		(82.920.814)	(84.612.998)
Sobra bruta		22.452.683	26.888.831
(Dispêndios) ingressos operacionais			
Dispêndios com pessoal		(12.847.357)	(12.570.353)
Dispêndios gerais e administrativos		(12.670.479)	(10.988.384)
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		6.861.595	1.309.634
		(18.656.241)	(22.249.103)
Sobra antes do resultado financeiro		3.796.441	4.639.728
Resultado financeiro	18		
Ingressos financeiros		897.816	917.450
Dispêndios financeiros		(5.658.065)	(4.468.377)
		(4.760.249)	(3.550.927)
Sobra antes da tributação		(963.808)	1.088.801
Imposto de renda e contribuição social	19		
Imposto de renda		-	(415.130)
Contribuição social		-	(157.366)
		-	(572.496)
Sobra líquida do exercício		(963.808)	516.305
Reserva legal 35%		-	(180.707)
Rates 10%		-	(51.631)
Constituição da reserva de subvenção p/ investimento "Doações"		(160.554)	-
Constituição da reserva de subvenção p/ investimento "Fiscais"		(1.944.763)	-
Realização do fundo de expansão		441.622	-
Absorção de perdas com Atos Cooperados pela Reserva Legal		1.308.475	-
Transferência do resultado com não associados para rates		(344.667)	(162.267)
Realização da reserva de reavaliação		510.153	357.107
Utilização do Rates		1.344.000	2.830.742
Sobras à disposição da AGO		190.458	3.309.550

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.






Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Perda/Sobra líquida do exercício	<u>(963.808)</u>	<u>516.305</u>
Utilização da Rates	<u>1.344.000</u>	<u>2.830.742</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>380.192</u>	<u>3.347.047</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em reais

	Capital Social	Reserva de expansão	Reserva de incentivos fiscais "Doações"	Reserva de incentivos Fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Rates	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	663.954	441.622	-	-	27.996.252	11.421.127	2.238.574	3.309.550	46.071.078
Aumento de capital conforme AGO (Março de 2023)	24.920	-	-	-	-	3.309.550	-	-	24.920
Aumento de capital por admissão de cooperados	(1.603)	-	-	-	-	-	-	-	(1.603)
Baixas de capital por saída de cooperados	-	-	-	-	(1.772.399)	-	-	-	(1.772.399)
Impostos diferidos sobre AAP	-	-	160.554	-	-	-	-	(160.554)	-
Subvenção para investimentos "doações"	-	-	-	1.944.763	-	-	-	(1.944.763)	-
Subvenção para investimentos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	(1.446.199)	-
Ajustes de contas patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	(1.446.199)	(1.446.199)
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	(510.153)	(1.446.199)	-	510.153	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial – AAP	-	-	-	-	-	-	-	(963.805)	(963.805)
Perda líquida do exercício	-	-	-	-	-	(1.308.472)	-	1.308.472	-
Absorção de perdas c/ atos cooperados pela Reserva legal	-	-	-	-	-	-	344.667	(344.667)	-
Transferência do resultado com não associados para Rates	-	-	-	-	-	-	(1.344.000)	1.344.000	-
Utilização do Rates	-	(441.622)	-	-	-	-	-	441.622	-
Realização da reserva de expansão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	687.270	-	160.554	1.944.763	25.713.700	11.976.006	1.239.241	190.458	41.911.992

Continua....



	Capital Social	Reserva de expansão	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Rates	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	647.678	441.622	28.353.359	9.467.874	4.855.419	2.355.696	42.576.850
Aumento de capital conforme AGO (março de 2022)	-	-	-	2.355.696	-	(2.355.696)	-
Aumento de capital por admissão de cooperados	17.080	-	-	-	-	-	17.080
Baixas de capital por saída de cooperados	(805)	-	-	-	-	-	(805)
Complemento de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos sobre AAP	-	-	(1.772.398)	-	-	-	(1.772.398)
Ajustes de contas patrimoniais	-	-	-	-	-	(583.150)	(583.150)
Transferência para reserva legal	-	-	-	(583.150)	-	583.150	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial – AAP	-	-	(357.107)	-	-	357.107	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	516.305	516.305
Constituição de reserva legal	-	-	-	180.707	-	(180.707)	-
Constituição da RATES	-	-	-	-	51.631	(51.631)	-
Transferência do resultado com não associados para rates	-	-	-	-	162.267	(162.267)	-
Utilização do Rates	-	-	-	-	(2.830.742)	2.830.742	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	663.953	441.622	26.223.854	11.421.127	2.238.574	3.309.550	40.753.882

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.




Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	<u>2.023</u>	<u>2.022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	(963.808)	516.305
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	851.692	760.207
Valor residual das baixas do imobilizado	237.062	244.447
Despesas absorvidas pela reserva legal	(1.446.199)	(583.150)
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	456.584	5.756.074
Estoques	77.451.981	(62.716.595)
Impostos e contribuições a recuperar	(4.893.337)	(407.297)
Outros ativos circulantes e não circulantes	1.335.378	2.995.077
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	2.291.916	347.656
Obrigações com cooperados	(69.240.086)	56.530.689
Impostos e contribuições a recolher	(907.155)	627.726
Provisão para férias e encargos	72.699	204.271
Outros passivos circulantes e não circulantes	(237.700)	318.980
Recursos líquidos provenientes das operações	<u>5.009.025</u>	<u>4.594.388</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e do intangível	(4.081.024)	(3.682.251)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	<u>(4.081.024)</u>	<u>(3.682.251)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Varição dos empréstimos e financiamentos	931.987	2.478.700
Integralizações de capital	24.920	17.080
Baixas de capital por saída de cooperados	(1.603)	(804)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	<u>955.304</u>	<u>2.494.976</u>
Aumento/Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.883.304</u>	<u>3.407.113</u>
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.390.711	6.507.408
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.507.408	3.100.295
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.883.304</u>	<u>3.407.113</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.




Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro Ltda. – Certrim, sediada em Uberaba MG, que contava com 6.006 cooperados no fim de 2023 e 5.849 em 2022, tem por objetivo com base na colaboração recíproca a que se obriga seus associados, objetiva promover: o estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades sociais e econômicas de natureza comum; a venda em comum, da produção agropecuária de seus associados, nos mercados local, nacional e internacional; a locação de bens moveis e imóveis de propriedade da Cooperativa.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971 e NBCT 10.8 – IT – 01 – Entidades Cooperativas.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 08 de março de 2024.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma em respectiva nota explicativa.

c Moeda de apresentação e moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.



d Aplicação de julgamento e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Cooperativa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

d.1 Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa - *impairment*

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com expectativa de inadimplência, passando por uma avaliação sobre a natureza do título, a existência e suficiência de garantias reais, históricos e outras características.

d.2 Provisão para *impairment* de tributos a recuperar (PIS e COFINS)

A provisão para *impairment* de determinados tributos a recuperar (PIS e COFINS) é calculada mediante a análise das atuais perspectivas de realização, passando por uma avaliação sobre a natureza dos créditos, canais de recuperação, cenário das atividades no atual ambiente tributário e histórico dessas operações.

d.3 Revisão da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Cooperativa é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

d.4 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

A Cooperativa reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de tributos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d.5 Provisão para contingências

A Cooperativa é parte envolvida em processos cíveis, tributários e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. Quando necessário são constituídas provisões para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. As demandas com risco de perda classificado como provável são contabilizadas, as demandas com risco de perda possível são divulgadas em nota explicativa e as demandas com risco de perda remota não são divulgadas, conforme norma contábil específica.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Cooperativa, nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a Instrumentos financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Cooperativa e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, portanto, são ativos financeiros básicos: i) caixa e equivalentes de caixa; ii) contas a receber; eiii) outros créditos.

Os passivos financeiros básicos são: i) fornecedores; ii) empréstimos e financiamentos; iii) obrigações com cooperados; iv) capital a restituir; e v) outras obrigações.

Os ativos e passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado.

A Cooperativa reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Cooperativa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Cooperativa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Cooperativa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



b Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

c Contas a receber

As contas a receber, tanto de terceiros como de cooperados, correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) e ajuste a valor presente, quando aplicável. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment e ajuste a valor presente, se necessário.

d Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Cooperativa.

e Investimentos

Representados por participações societárias no sistema cooperativista avaliadas pelo custo de aquisição e ajustados ao valor justo, que corresponde a efetiva participação da Cooperativa no capital social das investidas.

f Imobilizado

f.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustado por reavaliação de ativos para os bens das contas de terrenos,

edificações e veículos, com base em laudo de peritos independentes, e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas (despesas) no resultado.

f.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g Intangível

Ativos intangíveis consistem em marcas e patentes e softwares adquiridos separadamente, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

h Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e subsequencialmente demonstrados pelo custo amortizado.

Todos os custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, em despesas financeiras, em que são incorridos.



As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

i Fornecedores e obrigações com cooperados

As contas a pagar aos fornecedores e aos cooperados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

j Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e quando o valor possa ser estimado com segurança.

k Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

l Reconhecimento de ingressos ou receitas

O ingresso/receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/receita é apresentado líquido dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

l.1 Venda de produtos

A Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa.



l.2 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

m Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social dos exercícios compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

n Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

o Capital social

As cotas do capital social de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, eliminação ou exclusão, os cooperados tem seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

p Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação (basicamente depreciação do ativo não circulante imobilizado) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO, no patrimônio líquido.

q Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.



4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	274.115	245.405
Bancos conta movimento	5.277.397	3.206.809
Aplicações financeiras de liquidez	2.839.200	3.055.194
	<u>8.390.711</u>	<u>6.507.408</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. Em "Aplicações financeiras" estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação. As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras de primeira linha no intuito de manter o poder aquisitivo da moeda corrente e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações da Cooperativa, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

5 Contas a receber de associados

a Composição do saldo

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante		
Notas promissórias rurais – NPR	2.136.232	1.394.584
Duplicatas a receber	21.076.555	22.101.382
Cheques a receber	2.167.961	1.910.304
Cartões de crédito	1.163.182	1.411.806
Convênios	90.695	97.481
	<u>26.634.624</u>	<u>26.915.557</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	<u>(3.955.369)</u>	<u>(3.779.717)</u>
	<u>22.679.255</u>	<u>23.135.840</u>

- (i) As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram calculadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla a situação individual dos cooperados e clientes, verificadas as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação do comitê de crédito da Cooperativa e dos consultores jurídicos. As estimativas de perdas calculadas pela alta administração da Cooperativa são consideradas suficientes para cobrir eventuais inadimplências de contas a receber.



b Composição do saldo

	Age list	Duplicatas a receber	Cheques	Convênios	Cartões	Notas promissórias	Pix	Total
À Vencer	Acima de 360	75	-	-	-	129.757	-	129.833
	De 181 até 360	35.021	178.013	-	-	105.645	-	318.679
	De 151 até 180	78.185	-	-	-	23.429	-	101.614
	De 121 até 150	4.824.486	4.142	634	9.574	361.924	-	5.200.760
	De 91 até 120	481.034	78.443	3.047	39.269	15.694	-	617.487
	De 61 até 90	404.236	66.941	482	105.337	27.271	-	604.267
	De 31 até 60	1.540.427	114.646	15.524	216.230	39.475	-	1.926.300
	Até 30 dias	11.052.904	367.456	47.824	772.543	617.236	2.246	12.860.210
Vencidos	Até 30 dias	447.697	54.239	1.134	20.122	36.879	-	560.070
	De 31 até 60	273.807	54.457	8.814	108	27.968	-	365.154
	De 61 até 90	215.084	-	179	-	40.098	-	255.362
	De 91 até 120	33.509	4.743	-	-	138.165	-	176.417
	De 121 até 150	153.397	1.908	-	-	46.392	-	201.697
	De 151 até 180	49.778	-	-	-	18.400	-	68.178
	De 181 até 360	241.765	24.700	512	-	88.619	-	355.596
	Acima de 360	1.245.150	1.216.026	12.546	-	419.279	-	2.893.001
	21.076.555	2.165.714	90.695	1.163.182	2.136.232	2.246	26.634.624	

6 Estoques

De mercadorias (i)	2023	2022
Próprio	21.123.118	29.279.063
Terceiros	1.256.096	-
Provisão por obsolescência	(279.692)	(279.692)
	22.099.522	28.999.371
De grãos (ii)		
Milho		
Próprio	491.632	1.879.335
Terceiros	2.152.641	4.879.746
	2.644.273	6.759.081
Soja (ii)		
Próprio	977.643	17.146
Terceiros	8.960.319	76.558.754
	9.937.962	76.575.901
Sorgo terceiros	200.616	-
	34.882.373	112.334.353



A composição do estoque encontra-se representado substancialmente por defensivos agrícolas.

Conforme determina a NBC ITG 2004 – Entidade Cooperativa, a Cooperativa passou a registrar contabilmente os estoques recebidos de seus cooperados para depósito (apenas com a finalidade demonstrativa no ativo e no passivo das demonstrações financeiras)

- (i) A composição do estoque encontra-se representado substancialmente por defensivos agrícolas.
- (ii) Referente a estoque de commodities recebidos de cooperados para depósito e que ainda não foram adquiridos pela cooperativa, estando em contrapartida o passivo circulante. Os estoques e a correspondente contas a pagar, são mensurados com base na melhor estimativa de mercado na data da apresentação das demonstrações financeiras.

A Cooperativa é responsável pela salvaguarda dos estoques, sendo os serviços prestados remunerados pela taxa de armazenagem.

7 Impostos a recuperar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
ICMS a recuperar	447.506	249.479
IRRF s/Aplicações financeiras	76.658	25.456
PIS não cumulativo	426.097	1.023.275
COFINS não cumulativo	1.913.464	4.666.107
CSLL a recuperar	95.823	206.374
IRPJ a recuperar	254.118	555.120
ISS a recuperar Associados	430.964	-
Processo Sistema S	2.285.136	-
Outros	632	632
PECLD Cofins não cumulativo (i)	-	(5.689.382)
	<u>5.930.398</u>	<u>1.037.061</u>

- (i) Os créditos de PIS e COFINS são apurados pelo regime de não cumulatividade. A Administração da Cooperativa, devido às incertezas quanto à realização de parte desses créditos, decidiu, conservadoramente, constituir uma provisão para perdas para créditos registrados e considerados de difícil utilização ou realização. As provisões constituídas, são revertidas à medida que ocorre a realização dos créditos.



8 Outros créditos

	<u>2.023</u>	<u>2.022</u>
Adiantamento a fornecedores AF	531.240	609.628
Pedidos agrônômico	-	(20.733)
Fat antec - Monsanto Ltda	-	1.408.085
Fat. Antecipado Outros Fornecedores	54.848	42.655
Remessa para demonstração	54.580	54.580
Outros (i)	<u>111.049,38</u>	<u>38.941</u>
	<u>751.717</u>	<u>2.133.157</u>

(i) Compostos substancialmente por adiantamentos de férias



9 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	2022				2023			
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		26.240.262	-	26.240.262	26.079.728			26.079.728	
Edificações	2%	10.980.615	(935.029)	10.045.586	8.561.996			8.561.996	
Máquinas e equipamentos	10%	3.241.483	(1.885.268)	1.356.215	750.293			750.293	
Veículos	20%	3.433.284	(2.004.507)	1.428.777	1.284.034			1.284.034	
Móveis e utensílios	10%	256.253	(151.039)	105.215	106.323			106.323	
Trator	20%	47.000	(47.000)	-	-			-	
Instalações de escritório	10%	91.481	(35.202)	56.279	4.300			4.300	
Aparelhos de comunicação	20%	7.031	(4.380)	2.651	2.988			2.988	
Imobilizado em andamento		4.592.838	-	4.592.838	4.148.883			4.148.883	
		48.890.247	(5.062.425)	43.827.822	40.938.544			40.938.544	

b Movimentação do custo e reavaliação

	Saldo		Saldo		Saldo		Saldo	
	1º/1/2022	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	Adições	2023
Terrenos	26.079.728	-	-	26.079.728	160.534	-	160.534	26.240.262
Edificações	9.313.407	-	-	9.313.407	1.667.208	-	1.667.208	10.980.615
Máquinas e equipamentos	2.139.706	247.263	-	2.386.969	1.196.998	(342.484)	1.196.998	3.241.483
Veículos	2.396.466	570.182	-	2.966.648	544.636	(78.000)	544.636	3.433.284
Móveis e utensílios	191.758	52.682	-	244.440	11.813	-	11.813	256.253
Imobilizado em andamento	1.407.049	2.741.834	-	4.148.883	443.955	-	443.955	4.592.838
Trator	47.000	-	-	47.000	-	-	-	47.000
Instalações de escritório	25.311	10.290	-	35.601	55.880	-	55.880	91.481
Aparelhos de comunicação	7.031	-	-	7.031	-	-	-	7.031
	41.607.456	3.622.251	-	45.229.707	4.081.024	(420.484)	4.081.024	48.890.247

c Movimentação da depreciação acumulada

	Saldo		Saldo		Saldo		
	1º/1/2022	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	2023
Edificações	(570.140)	(181.271)	-	(751.411)	(183.618)	-	(935.029)
Máquinas e equipamentos	(1.339.660)	(297.016)	-	(1.636.676)	(248.592)	-	(1.885.268)
Veículos	(1.619.474)	(244.393)	181.253	(1.682.614)	(399.893)	78.000	(2.004.507)
Móveis e utensílios	(124.045)	(14.072)	-	(138.117)	(12.921)	-	(151.039)
Trator	(47.000)	-	-	(47.000)	-	-	(47.000)
Instalações de escritório	(22.817)	(8.484)	-	(31.301)	(3.901)	-	(35.202)
Aparelhos de comunicação	(3.706)	(337)	-	(4.043)	(337)	-	(4.380)
	(3.726.843)	(745.573)	181.253	(4.291.163)	(849.262)	78.000	(5.062.425)

A administração da Cooperativa revisou o valor residual e a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriores determinadas. A Cooperativa, também, realizou o teste de "impairment" que conclui não haver necessidade construir estimativa de perda para seus ativos.



10 Empréstimos e financiamentos

Circulante				2023	2022
Instituição Financeira	Modalidade	Encargos			
Banco BDMG	Capital de giro	0,9112% a.m		3.641.701	5.154.435
Banco do Brasil S/A	Capital de Giro/Industrialização	0,9833% a 1,35% a.m		11.043.720	12.123.025
Banco Safra S/A	Capital de giro	0,55% a.m + CDI		153.597	4.070.000
Banco Itaú S/A	Capital de giro/Custeio agrícola	12% a.a		-	5.314.381
Banco Sicoob	Capital de giro	1,33% a.m		2.916.420	5.474.134
Banco Sicoob	Capital de giro	1,33% a.m		1.815.124	1.080.596
Caixa Econômica Federal	Industrialização	0,9583% a.m		6.762.184	9.090.033
Santander	Industrialização	0,82% a.m		1.637.355	-
Juros a pagar				-	2.856.565
(-) Juros a apropriar				(3.314.106)	(4.234.482)
				24.655.995	40.928.687
Não Circulante					
Banco do Brasil S/A	Capital de Giro	1,33% a.m		2.636.490	-
Banco Safra S/A	Capital de Giro	0,3484% a.m + CDI		1.822.381	-
Banco Safra S/A	Capital de Giro	0,46999% a.m + CDI		1.528.101	-
Bradesco	Capital de Giro	1,4 % a.m		6.430.005	-
(-) Juros a apropriar				(1.866.116)	-
				10.550.860	-
				35.206.856	40.928.687

11 Fornecedores

Descrição	2023	2022
Fornecedor - Administração	162.713	597.327
Fornecedor - Agrônômico AF	2.746.669	5.826.248
Fornecedor - Armazém Graneleiro	7.121.661	2.017.440
Fornecedor - Consignado Agropecuária	1.681.485	2.591.035
Fornecedor - Consignado Pecuária	1.538.573	-
Fornecedor - Fábrica de ração	2.657.789	1.835.352
Fornecedor - Pecuária	118.527	54.828
Fornecedor - Transporte	-	813.271
	16.027.416	13.735.501

Refere-se principalmente aos valores a pagar aos fornecedores de insumos agrícolas (defensivos e fertilizantes) e produtos agropecuários disponibilizados nas lojas para revenda.



A Cooperativa avaliou o ajuste a valor presente do saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2021, e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

12 Obrigações com cooperados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Faturamento antecipado	1.555.749	2.099.702
Consortio	236.189	31.438
	<u>1.791.938</u>	<u>2.131.140</u>
<u>Cooperados</u>		
Milho	2.642.403	4.093.515
Soja	9.160.935	76.610.707
Sorgo	<u>11.803.338</u>	<u>80.704.222</u>
	<u>13.595.276</u>	<u>82.835.363</u>

A Cooperativa avaliou o ajuste a valor presente do saldo de obrigações com cooperados em 31 de dezembro de 2023, e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

13 Outras obrigações

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Policard systems e servicos s/a	3.347	-
Contas a pagar - af	14.484	11.700
Allianz seguros s/a	86.824	59.187
Zurich minas brasil seguros s/a	11.690	-
Sompo seguros - af	4.454	6.948
Tokio marine seguradora s.a.	-	1.390
Emprestimos consignados - funcion	25.640	17.578
Mitsui sumitomo seguros s/a - af	24.909	23.660
Pensao alimenticia	1.654	877
Porto seguro cia de seguros gera	10.563	4.554
Mapfre seguros gerais s.a.	-	36.553
Rescisões a pagar	-	1.879
	<u>183.564</u>	<u>164.325</u>



14 Passivos contingentes

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes (em geral cinco anos) para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

A assessoria jurídica e administração da Cooperativa não identificaram eventos passados que caracterizassem por uma contingência ou risco relevantes do qual seja provável ou possível que um recurso econômico seja requerido para provisioná-lo ou liquidá-lo.

15 Patrimônio líquido

a **Capital social**

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, independentemente do número de suas cotas partes.

b **Destinações estatutárias**

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 35% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 10% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa;
- Fundo de expansão, destinado a investimentos em infraestrutura da Cooperativa. Esse fundo foi aprovado em AGE, em março de 2019, porém o mesmo não tem um percentual definido, portanto a destinação para o mesmo será sempre decidida em AGO.



c Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO), para deliberação quanto a sua destinação e são assim demonstradas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>(963.808)</u>	<u>516.305</u>
Reserva legal 35%	-	(180.707)
Rates 10%	-	(51.631)
Constituição da reserva de subvenção p/ investimento "Doações"	(160.554)	-
Constituição da reserva de subvenção p/ investimento "Fiscais"	(1.944.763)	-
Realização do fundo de expansão	441.622	-
Absorção de perdas com atos cooperados pela Reserva Legal	1.308.475	-
Transferência do resultado com não associados para a Rates	(344.667)	(162.267)
Realização da reserva de reavaliação	510.153	357.107
Utilização do Rates	<u>1.344.000</u>	<u>2.830.742</u>
Sobras à disposição da AGO	<u><u>190.458</u></u>	<u><u>3.309.550</u></u>

As reservas estatutárias foram constituídas sobre a sobra líquida do exercício apurada em cada segmento de negócio da Cooperativa.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971 e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a utilização dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas, conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

16 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive executivos.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

a Remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva e as cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração e ajuda de custo do Conselho Fiscal estão em conformidade com o que foi aprovado pelos cooperados na Assembleia Geral Ordinária – AGO. No exercício de 2023, a remuneração total foi de R\$ 991.591 (R\$ 1.143.437 em 2022).



17 Ingresso operacional líquido

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ingresso operacional bruto		
Vendas de produtos e mercadorias	83.952.408	93.570.661
Prestação de serviços	26.066.156	20.187.763
	<u>110.018.564</u>	<u>113.758.424</u>
Deduções do ingresso bruto		
Impostos incidentes	(4.645.067)	(2.256.595)
	<u>(4.645.067)</u>	<u>(2.256.595)</u>
Ingresso operacional líquido	<u><u>105.373.497</u></u>	<u><u>111.501.829</u></u>

18 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Dispêndios financeiros		
Despesas bancárias	(156.383)	(103.478)
Descontos concedidos	(123.087)	(116.914)
Juros de financiamentos	(5.378.595)	(4.024.823)
Outras despesas financeiras	-	(223.162)
	<u>(5.658.065)</u>	<u>(4.468.377)</u>
Ingressos financeiros		
Juros recebidos	358.664	260.106
Descontos obtidos	215.451	550.608
Rendimentos de aplicações financeiras	323.701	106.735
	<u>897.816</u>	<u>917.450</u>
	<u><u>(4.760.249)</u></u>	<u><u>(3.550.927)</u></u>

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes de operações com cooperados são isentos destes tributos.

As operações com terceiros são tributadas pelas alíquotas vigentes de acordo com a legislação atual. Em 2023 não houveram impostos a pagar de IRPJ e CSLL e em 2022 (IRPJ no valor de R\$ 415.130 e CSLL no valor de R\$ 157.366).

Considerando a particularidade da Cooperativa que opera parcialmente com não cooperados, a Administração, optou em contabilizar o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, sobre a reserva de reavaliação dos bens no ativo imobilizado.



20 Instrumentos financeiros

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros básicos, como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros créditos, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados, capital a restituir e outras obrigações. A administração dos instrumentos financeiros que a Cooperativa mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Cooperativa não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Cooperativa.

a Instrumentos financeiros por categoria

	Classificação	2023	2022
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	(i)	8.390.711	6.507.408
Contas a receber	(i)	22.679.255	23.135.840
Outros créditos	(i)	751.717	2.133.157
		<u>31.821.684</u>	<u>31.776.404</u>
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	(ii)	41.860.674	40.928.687
Fornecedores	(ii)	16.027.416	13.735.501
Obrigações com cooperados	(ii)	13.595.276	82.835.363
Capital a restituir	(ii)	217.023	473.964
Outras obrigações	(ii)	183.564	164.325
		<u>71.883.953</u>	<u>138.137.839</u>

Classificação:

- (i) Em 2023 – Ativos ao custo amortizado / Em 2022 - Empréstimos e recebíveis.
- (ii) Passivos ao custo amortizado.



21 Gerenciamento de riscos

a Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de riscos é realizada pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva que analisam estes riscos e definem as principais diretrizes de atuação da Cooperativa.

Nesse contexto, a Cooperativa mantém políticas de gestão de risco global, de risco de taxa de juros, de risco de crédito e para a utilização de instrumentos financeiros, bem como para o investimento de excedentes de caixa. A Cooperativa não transaciona com instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

a.1 Risco de mercado

A Cooperativa compra e vende produtos agrícolas, estando sujeita ao risco de flutuação de preço (Risco de volatilidade do mercado de produtos agrícolas). A administração da Cooperativa acompanha a variação de preços desses produtos, bem como a existência de eventuais "descompassos" entre posições compradas e vendidas desses produtos.

a.2 Risco de crédito

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito tolerável no curso de seus negócios decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A diversificação de sua carteira de recebíveis, os procedimentos de avaliação de crédito, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Com respeito às instituições financeiras, a Cooperativa somente realiza operações com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating.

a.3 Risco de liquidez

É o risco da Cooperativa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas estratégias para desembolsos e recebimentos futuros (fluxos de caixa), sendo monitoradas periodicamente pela administração. A situação da Cooperativa é alta liquidez nos exercícios apresentados.

b Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades comerciais. Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos da Cooperativa, requeridos para seu constante crescimento e atualização, são obtidos das sobras retidas e de recursos captados em linhas de financiamento de longo prazo. A manutenção de sua capacidade de liquidez é de fundamental importância, principalmente para as atividades de revenda de produtos.

c Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

A Cooperativa aplica os procedimentos do CPC para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Cooperativa mantém apenas instrumentos financeiros classificados no nível 1.

d Análise de sensibilidade – taxa de juros

Considerando que a gestão das exposições às taxas de juros é efetuada com base na operação das ponderações, a Administração entende que, qualquer volatilidade nas taxas, as quais as operações da Cooperativa estão indexadas, não incorreria em impactos significativos em seu resultado, não sendo apresentada uma análise de sensibilidade sobre esse risco.

22 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



23 Custódia de produção agrícola armazenada

A Cooperativa possuía em seus armazéns produção agrícola de propriedade de cooperados para futura comercialização dos seguintes produtos:

Produtos	2023		2022	
	Quantidade	Valor estimado	Quantidade	Valor estimado
Soja (kg)	4.478.166	8.960.319	9.925.050	76.558.724
Milho (kg)	2.726.768	2.150.771	3.553.023	4.093.515
Sorgo (kg)	279.412	200.616	58.670	51.953



24 Demonstração de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 – IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com terceiros, apresentadas em atendimento à Lei 5.764/1971 não foram base de auditoria específica de nossos auditores.

	2023		2022			
	Associados	Não Associados	Total	Associados	Não Associados	Total
Ingressos	83.952.408	-	83.952.408	93.570.661	-	93.570.661
Venda de mercadorias e serviços	-	26.066.156	26.066.156	-	20.187.763	20.187.763
Deduções	(1.717.362)	(2.927.705)	(4.645.067)	(1.775.804)	(480.790)	(2.256.595)
Ingresso operacional líquido	82.235.046	23.138.451	105.373.497	91.794.856	19.706.973	111.501.829
Dispêndios com produtos e mercadorias vendidas e serviços prestados	(63.274.795)	(19.646.020)	(82.920.814)	(69.597.432)	(15.015.566)	(84.612.998)
Sobra bruta	18.960.252	3.492.431	22.452.683	22.197.424	4.691.406	26.888.831
Despesa com pessoal	(9.803.496)	(3.043.861)	(12.847.357)	(10.339.596)	(2.230.756)	(12.570.353)
Dispêndios gerais e administrativos	(9.668.525)	(3.001.954)	(12.670.479)	(9.038.367)	(1.950.017)	(10.988.384)
Outros (dispêndios) ingressos operacionais	3.520.822	3.340.772	6.861.595	1.077.224	232.410	1.309.634
Sobra antes do resultado financeiro	(15.951.199)	(2.705.043)	(18.656.241)	(18.300.739)	(3.948.364)	(22.249.103)
Ingressos financeiros	3.009.053	787.388	3.796.441	3.896.685	743.043	4.639.728
Dispêndios financeiros	-	897.816	897.816	-	917.450	917.450
Sobra antes da tributação	(4.317.528)	(1.340.538)	(5.658.065)	(3.675.411)	(792.966)	(4.468.377)
Imposto de renda e contribuição social	(1.308.475)	344.667	(963.808)	221.274	867.527	1.088.801
Imposto de renda	-	-	-	-	(415.130)	(415.130)
Contribuição social	-	-	-	-	(157.366)	(157.366)
Sobra líquida do exercício	(1.308.475)	344.667	(963.808)	221.274	295.031	516.305
Constituição de reservas legais e estatutárias:						
Reserva legal 35%	-	-	-	(77.446)	(103.261)	(180.707)
Rates 10%	-	-	-	(22.127)	(29.503)	(51.631)
Constituição da reserva de subvenção p/ investimento "Doações"	-	(160.554)	(160.554)	-	-	-
Constituição da reserva de subvenção p/ investimento "Fiscais"	-	(1.944.763)	(1,944.763)	-	-	-
Realização do fundo de expansão	441.622	-	441.622	-	-	-
Absorção de perdas com atos Cooperados pela Reserva Legal	1.308.475	-	1.308.475	-	-	-
Transferência do resultado com não associados para a Rates	-	(344.667)	(344.667)	-	(162.267)	(162.267)
Realização da reserva de reavaliação	510.153	-	510.153	357.107	-	357.107
Utilização do Rates	1.344.000	-	1.344.000	2.830.742	-	2.830.742
Sobras à disposição da AGO	2.295.775	(2.105.317)	190.458	3.309.550	-	3.309.550

Obs.: A movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperativo é definida contabilmente como ingressos e dispêndios. Aquela originada do ato não cooperativo é definida como receitas, custos e despesas.

MARCELINO
RAUBER:69324212087

Assinado de forma digital por
MARCELINO RAUBER:69324212087
Dados: 2024.03.11 17:48:00 -03'00'

Marcelino Rauber
CRC RS 058790/0 T-MG
Contador



Frederico Carlos Rodrigues
Vice-presidente
Diretor Financeiro



Luiz Henrique Borges Fernandes
Presidente

FIM